

Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico

Ano XIX – Nº 111

Dez-Jan 2024

Classificação Qualis/Capes: A2

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Daniel Gaio – Marcos Paulo S. Miranda
Nelson Saule Júnior – Vladimir Passos de Freitas

Conselho Editorial

Betânia Alfonsin – Bruno Campos Silva – Cacilda Lopes dos Santos
Douglas Vieira de Aguiar – Edésio Fernandes – Ellade Imparato
Guadalupe Maria de Almeida – José Carlos de Freitas – Jussara Maria Pordeus e Silva
Leticia Marques Osório – Liana Portilho – Maria Garcia
Nathália Arruda Guimarães – Ney de Barros Bello Fº – Paulo A. Leme Machado
Paulo José Villela Lomar – Ricardo Pereira Lira – Sylvio Toshiro Mukai
Toshio Mukai – Vanusa Murta Agrelli – Victor Carvalho Pinto

Colaboradores deste Volume

Alencar Garcia Bacarji – Alessandro Fernandes – Eduardo Paixão Caetano
Flávia Cristina Sossae – Flavia Trentini
Francisco Seráfico da Nóbrega Coutinho – João Pedro Schmidt
Kátia Ragnini Scherer – Marcos Vinícius Fernandes Macêdo
Maria Caroline Françoso Romão – Maria de Fatima Ribeiro
Maria Lúcia Ribeiro – Nelson Saule Júnior
Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson – Sarah Araujo Ravagnani
Talden Queiroz de Farias – Viviane de Oliveira

Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados pelo e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico

v. 1 (ago./set. 2005)-.- Porto Alegre: Magister, 2005-

Bimestral

v. 111 (dez./jan. 2024)

ISSN 2175-1994

1. Direito Imobiliário – Periódico. 2. Direito do Patrimônio Cultural – Periódico.
3. Direito Urbanístico – Periódico. 4. Direito Ambiental – Periódico.

CDU 347.235(05)

CDU 347.195(05)

CDU 349.6(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Sumário

Direito Ambiental e Urbanístico

Doutrina

1. Incorporadoras x Associações de Moradores: uma Reflexão Sobre as Disputas Judiciais Envolvendo o Controle da Atividade Construtiva na Cidade de São Paulo
Nelson Saule Júnior..... 5
2. Da Inconstitucionalidade da Taxa de Preservação Ambiental Incidente Sobre o Trânsito de Aeronaves Civis no Município de Guarulhos
Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Maria de Fatima Ribeiro 27
3. Avanços e Dificuldades na Gestão de Resíduos Sólidos: O Município de Crato (CE) à Luz de Outros Municípios Brasileiros
Marcos Vinícius Fernandes Macêdo e João Pedro Schmidt 45
4. Meios Adequados de Resolução de Conflitos em Ações Ambientais: Estudo de Caso da Ação Civil Pública nº 0808470-26.2019.8.20.5001
Francisco Seráfico da Nóbrega Coutinho e Talden Queiroz de Farias 65
5. O Direito e Desastres: Terraplanagem na Hidrografia Catarinense a Partir dos Planos Diretores
Kátia Ragnini Scherer e Viviane de Oliveira 84
6. O Papel da Rotulagem Ecológica na Promoção da Economia Circular: Relação e Implicações
Sarah Araujo Ravagnani e Flavia Trentini..... 108
7. Garimpo Irregular em Terras Indígenas e Lavagem de Dinheiro: Construção de uma Ferramenta para Detecção de Índícios de Recursos Decorrentes da Exploração do “Ouro de Sangue” Yanomami
Alessandro Fernandes e Alencar Garcia Bacarji 122
8. Crimes Praticados Contra a Fauna: Contribuições para a Proteção Animal
Maria Caroline Françoso Romão, Maria Lúcia Ribeiro e Flávia Cristina Sossae..... 146
9. Viragem Paradigmática, Aquela Conversão Antropológica da Economia Verde e da Sociedade Manuara Sustentável
Eduardo Paixão Caetano..... 165

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Ação Civil Pública. Desmatamento de Floresta Nativa do Bioma Amazônico. Indenização por Danos Morais Coletivos. Ausência de Perturbação à Paz Social ou de Impactos Relevantes sobre a Comunidade Local. Irrelevância. Precedentes do STJ. Significativo Desmatamento de Área Objeto de Especial Proteção. Infração que, no Caso, Causa, por si, Lesão Extrapatrimonial Coletiva. Cabimento de Reparação por Dano Moral Coletivo. Recurso Especial Conhecido e Provido

Rel^a Min^a Assusete Magalhães 176